PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

Viaduto do Chá, nº 15, Centro, São Paulo, CEP 01002-020, CNPJ Nº 46.395.000/0001-39

ATA SINTÉTICA DE MESA SETORIAL DE NEGOCIAÇÃO

NÍVEL BÁSICO (PCCS-NB) E NÍVEL MÉDIO (PCCS -NM)

ANO – 2019 – REUNIÃO 7

Ao primeiro dia de outubro de dois mil e dezenove, às quinze horas, na sala de reuniões do secretariado do oitavo andar da sede da Prefeitura Municipal de São Paulo, no Viaduto do Chá, nº 15, foi realizada a sétima reunião da Mesa Setorial do nível básico e médio do Quadro de Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do ano de dois mil e dezenove, no intuito de dar continuidade à retomada das mesas de negociação do Sistema de Negociação Permanente (SINP), acordado no Protocolo de Negociação Nº 1/2019, entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Fórum das Entidades Sindicais do SINP.

Fizeram-se presentes à reunião os seguintes representantes da administração municipal de São Paulo:

. MALDE VILAS BOAS, secretária da Secretaria Municipal de Gestão;
. CLEIDE BAUAB, secretária adjunta da Secretaria Municipal de Gestão;
. WALDIR AGNELLO, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Gestão;
. CLARISSE DE ALMEIDA, chefe da Assessoria de Relações de Trabalho;
. CLAUDIA DE CRESCENZO, coordenadora da Mesa Setorial da Saúde;

· NATHALIA VIEIRA, estagiária da Assessoria de Relações de Trabalho;
· PEDRO LAHOS, estagiário da Assessoria de Relações de Trabalho;
. MÁRCIA MORALEZ, chefe da Coordenadoria de Gestão de Pessoas;
. ERICK SOTERO, assessor da Coordenadoria de Gestão de Pessoas;
. MARCELO GONZALEZ, assessor da Coordenadoria de Gestão de Pessoas;
. CRISTIANO BARBIRATO, coordenador jurídico da Secretaria Municipal de Gestão.

Fizeram-se presentes à reunião os seguintes representantes das entidades sindicais:

OSVALDO VAZÃO, representante da Associação dos Escriturários Municipais de São Paulo - AEMSP; DENIS DANTAS, representante da Associação Municipal dos AGPPs e Agentes de Apoio de São Paulo - AMAASP; VLAMIR MARQUES, representante da Associação Municipal dos AGPPs e Agentes de Apoio de São Paulo - AMAASP; MARGARIDA GENOFRE, representante do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo - APROFEM; FELICIANO DINIZ, representante da Associação dos Servidores Municipais de São Paulo - ASMUSP; DJALMA PRADO, representante do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo - SINDSEP; VLAMIR LIMA, representante do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo - SINDSEP; SÉRGIO ANTIQUEIRA, representante do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo - SINDSEP.

- **Pautas:**

Continuidade das mesas de negociações, com apresentação da Secretaria Municipal de Gestão acerca das reestruturações referentes aos Quadros de Nível Básico e Médio.

- **A Secretária Municipal de Gestão, Malde Vilas Boas, dá abertura à oitava Mesa Setorial de Negociação do Nível Básico e Médio:**

Iniciada a sessão, houve uma rodada de apresentação dos presentes. Em seguida, a Secretária Municipal de Gestão, Malde Vilas Boas, agradece a presença de todos. Faz uma breve introdução, expondo o momento difícil pelo qual o país passa, e o município também. Em seguida, agradece o trabalho árduo que a Gestão vem realizando conjuntamente.

Clarisse de Almeida inicia a apresentação da Secretaria Municipal de Gestão com a apresentação do panorama conjuntural, o qual restabelece as Mesas de Negociação à luz do Protocolo de Negociação 01/2019 e dispõe a 8ª Mesa de Negociação do Nível Básico e Médio e o 12º encontro coletivo desde então; Comissões Paritárias de Greve ocorridas nos dias 16/7, 15/8 e 19/9; Articulação com o Fórum das Entidades Sindicais sobre o SINP e o Decreto de Consignações; Visitas às entidades representativas de servidores públicos municipais, no qual já foram visitadas a APROFEM, SINDGUARDAS, AMAASP, SINDSEP e em breve, a FASP; Interlocução com subprefeituras e secretarias para resguardar o trânsito das entidades para com os servidores de suas bases; Aproximação com a Coordenadoria de Gestão da Saúde do Servidor; Monitoramento, Políticas, Estudos e Análises formuladas pela ART; Sustação temporária de efeitos do PL 616/18 por mandado de segurança de vereador; Abertura contínua para recebimento de propostas associativas e sindicais acerca das reestruturações; Apresentação das convergências técnicas, como o fim da trava de crescimento, extinção de segmentos, abertura do PCCS, diminuição de referências, três níveis, integração de servidores admitidos, valorização da formação de servidores; Divergências tabelares entre as propostas da Prefeitura e as reivindicações das entidades sindicais; E por fim, destaque para a atuação assídua da Secretária Malde.

Clarisse de Almeida destaca os motivos pelos quais a Secretaria Municipal de Gestão prioriza a reestruturação dos Níveis Básico e Médio, visto que a última reestruturação data de 2003, ou seja, 16 anos atrás e o último reajuste em 2013, seis anos atrás. Para além, com uma corrosão inflacionária de 39,27% desde janeiro de 2013 até julho deste ano, penalizando cerca de 35 mil servidores públicos, os quais compõem a base do funcionalismo público. Outros intentos buscados pela Gestão é a implementação das produções do Grupo de Trabalho de Reestruturação do Nível Médio de março de 2018; lidar com a complexidade da judicialização que atinge 66% do Nível Médio e 62% do Nível Básico e mudança para o modelo de subsídio, oportunizando uma forma de retribuição simplificada, para maior transparência e fiscalização da sociedade.

Foram apresentadas as premissas das quais a Prefeitura Municipal de São Paulo partiu para compor sua proposta de reestruturação dos Níveis Básico e Médio: Impossibilidade de integração não-linear, visto que o parecer técnico aponta em conflito jurídico e de gestão financeiro-orçamentária; Possibilidade de diminuição de referências, no qual a ART propõe meio termo entre Gestão e entidades com 13 referências para o Nível Básico e 18 referências

para o Nível Médio; Estudo zeloso das últimas propostas da AMAASP, APROFEM, FASP e SINDSEP; Foco de análise de reestruturação nas realidades tabelares, sem perder de vista as realidades de fato; Viabilidade de abertura da opção do PCCS aos ativos dos demais Quadros da Prefeitura; Inovação na medida de valorização da formação de servidores do Nível Básico e Médio, no qual os servidores que tiverem formação acima daquela colocada pelo seu Quadro, seriam enquadrados na próxima referência imediatamente superior com as reestruturações; Extensão do prazo de opção de 90 para 120 dias de abertura e por fim, ART como braço antes, durante e depois das negociações, atuando na intermediação com a abertura de minutas para colheitas de sugestões de redações técnicas e melhores práticas.

Clarisse de Almeida, Chefe da ART, apresentou a proposta final da Prefeitura para o Nível Básico, com as seguintes configurações: Modelo de subsídio; 13 referências; 3 níveis; 1 anos e meio para progressão; 19 anos e meio para alcançar a maturidade do Quadro; Admitidos integrados no B5; Abertura para não-optantes do PCCS-NB e integração linear.

Fora apresentada pela Prefeitura de São Paulo uma nova tabela para o Nível Básico, partindo de R$ 1.600,00 na primeira referência (B1) e chegando a R$ 3.277,03 na última referência (B13). O subsídio complementar nesta proposta chega a 58% do Quadro e um percentual médio de aumento na tabela de 42,21%. O impacto financeiro da Administração Direta com esta proposta chega a R$ 47.053.831,22.

Para o Nível Médio, Clarisse de Almeida apresentou as seguintes premissas: Modelo de subsídio; 18 referências; 3 níveis; 1 anos e meio para progressão; 27 anos para alcançar a maturidade do Quadro; Admitidos integrados no M5; Abertura para não-optantes do PCCS-NM; Integração linear e extinção dos segmentos dos AGPPs.

Fora apresentada pela Prefeitura de São Paulo uma nova tabela para o Nível Médio, partindo de R$ 2.123,00 na primeira referência (M1) e chegando a R$ 5.888,33 na última referência (M18). O subsídio complementar nesta proposta chega a 63% do Quadro e um percentual médio de aumento na tabela de 45,96%. O impacto financeiro da Administração Direta com esta proposta chega a R$ 52.885.030,52. O valor total do impacto financeiro da Administração Direta chega a R$ 99.938.861,74.

O modelo de subsídio entende-se por ser uma parcela fixa e única, entretanto, há compatibilidade de 22 rubricas de pagamento da Prefeitura Municipal de São Paulo, sendo uma delas a Gratificação de Atendimento ao Público, rubrica esta recebida por boa parte dos servidores dos Níveis Básico e Médio.

Clarisse de Almeida destaca os pagamentos do abono emergencial retroativos dos quais os servidores dos Níveis Básico e Médio receberão, no qual simulando que a reestruturação ocorra em novembro deste ano, ou seja, completando seis meses de abono, teremos: R$ 1.200 para cada servidor ativo do NB e R$ 1.800 para cada servidor ativo do NM. Além, a Chefe da Assessoria de Relações de Trabalho apresentou os comparativos entre as propostas realizadas pelo gabinete anterior (Novembro de 2018) e o atual, em que tivemos avanços, como: Proposta de reestruturação para o Nível Básico; Subsídio complementar do Nível Médio que era de 75% para 63%; Número de referências do NM de 20 para 18; Tempo para alcançar a última referência de 30 anos para 27 anos; Inicial de R$ 1.700,00 para R$ 2.123,00 e final de R$ 5.305,69 para R$ 5.888,33.

A Secretaria Municipal de Gestão propôs um calendário para os encaminhamentos finais das reestruturações dos Quadros, sendo eles: Até 2/10 consulta das entidades representativas às suas bases de servidores para retorno à Prefeitura; Até 4/10 construção participativa de protocolo de negociação para NB e NM; Até 7/10 assinatura de protocolo de negociação por todas as partes; Até 18/10 fechamento de minuta de PL de reestruturação; Até 31/10 envio de PL de reestruturação à Câmara e até 01/12 finalização de proposta de institucionalização do Sistema de Negociação Permanente.

Por fim, Clarisse de Almeida reitera o grave lapso normativo no qual o Sistema de Negociação Permanente (SINP) se encontra desde 2017, visto que o convênio que o institucionalizava expirou, perdendo seus respectivos efeitos.

A Secretária Municipal de Gestão, Malde Vilas Boas, relata que na greve do começo do ano, uma pauta altamente demandada era a reestruturação dos Níveis Básico e Médio, além da ausência de diálogo para com as entidades sindicais e consequentemente, o funcionalismo público. Coloca que a Gestão desprendeu um empenho grandioso para a construção desta proposta e que se os valores tabelares não são aqueles reivindicados pelas entidades sindicais, não foi por falta de interesse ou má vontade da Gestão, ao contrário, chegamos no limite da

negociação orçamentária com o Governo e Fazenda, inclusive, fora uma discussão muito difícil internamente. Relata que gostaria do olhar apurado e desarmado das entidades para a proposta, conciliando a conjuntura do nosso país e a realidade orçamentária do município. E, por fim, espera que a proposta venha atender minimamente os servidores dos Níveis Básico e Médio.

Feliciano Diniz (ASMUSP) coloca que o orçamento do município de São Paulo, segundo a apresentação recente da LOA na Câmara Municipal, aumentou em 13,8% os gastos públicos, entretanto, este aumento não contempla o funcionalismo público. Por fim, pede informações acerca do significado de impacto orçamentário e subsídio complementar.

Margarida Genofre (APROFEM) parabeniza o esforço da Gestão, no qual desde 2002, com a implantação do SINP, ela não viu tamanho empenho desprendido pela Secretaria. Além, elogia a diminuição das referências nos Quadros do NB e NM, visto que a proposta anterior penalizava aqueles que estavam no final de suas respectivas carreiras. Entretanto pondera o modelo de subsídio, no qual não há quinquênios e sexta-parte. Coloca que o subsídio complementar é um índice que nos permite ver que 63% do NM não receberá nenhum aumento salarial. Por fim, coloca ser difícil aceitar a integração linear por não respeitar o tempo de serviço do servidor.

Denis Camargo (AMAASP) pondera que não há como não reconhecer o engajamento da Gestão. Ressalta a importância do projeto de mobilidade, em que irá dirimir o alto percentual de afastamentos médicos por problemas psicológicos. Coloca também o fato da reestruturação não ser apresentada em três tabelas, estendendo de 2019 a 2021, no qual não será bem visto pelos servidores dos quadros. Denis Camargo reafirma a posição da AMAASP do Nível Médio possuir 20 referências, visto que a tabela deve ser pensada em todos, inclusive naqueles que ainda irão ingressar no Quadro e podem sofrer as consequências da Reforma da Previdência a nível federal. Discorre acerca dos valores finais da tabela do Nível Médio não encontrar a tabela inicial do Nível Superior e da necessidade da construção conjunta das cartilhas explicativas feitas para o funcionalismo público. Por fim, questiona como será feita a bonificação por resultados proposto pelo Plano de Metas do município.

Sérgio Antiqueira (SINDSEP) pondera que a Gestão se mostrou aberta e disposta a ouvir as demandas das entidades sindicais, entretanto, faz-se necessário avaliar o conjunto do

governo, visto que sua totalidade ainda se encontra fechada ao diálogo. Coloca que o SINDSEP quer chegar ao limite das negociações com o Governo e Fazenda, além, se mostra insatisfeito pelo fato da apresentação ter o título “Rodada Final”, demonstrando unilateralidade por parte da Gestão. Questiona se de fato há um processo de escuta e caso as entidades não assinem o protocolo de negociação se a proposta segue para a Câmara Municipal de São Paulo. Pondera a revisão geral anual ser de 0,01% e que as reestruturações se tornaram política salarial na Prefeitura. Entretanto, nessas reestruturações mais da metade dos servidores não serão contemplados e coloca que o SINDSEP é a favor do modelo de subsídio, mas apenas quando há majoração salarial expressiva. Destaca o fato da reestruturação ser estendida em três tabelas, de 2019 a 2021, mais vantajosa para o servidor, pois ele pode vislumbrar um crescimento futuro. Por fim coloca que o relatório apresentado pelo SINDSEP é uma maturação da realidade dos servidores públicos dos Níveis Básico e Médio e que esta Mesa não é o fim das negociações, a entidade reitera o pedido de novos valores tabelares.

Vlamir Lima (SINDSEP) coloca que a proposta do Nível Médio está quase chegando no mesmo patamar que a requerida pelos sindicatos. Ressaltou o avanço no subsídio complementar onde nas primeiras mesas estava em 80% e hoje diminuiu para 63%. Destacou a dificuldade do servidor em compreender a situação, onde desde 2013 veem seus salários serem corroídos. Afirma que o Governo erra ao dizer que não terá tabela para 2020 e 2021, a não ser que discuta-se uma política salarial perene e justa. Devido a isso, diz insistir na apresentação de tabelas para os próximos dois anos. Relata o aumento do orçamento do Governo, sendo os cem milhões do impacto da proposta muito pouco. Coloca a realização da Assembleia no dia 02/10/2019, e faz o pedido para serem recebidos por uma Comissão Paritária.

Djalma Prado (SINDSEP) coloca que a reestruturação piorou a situação para os Agentes de Apoio, visto que GA e abono ficarão de fora. Relata que em 2013 o servidor optou, mesmo a reestruturação não sendo boa, porque o salário dobrou. Pondera a situação de quem compõe o Subsídio Complementar, pois nunca mais terão reajuste. Questiona qual a diferença entre o Nível Básico na Subprefeitura para o Nível Básico da Saúde, o qual já se encontra defasado. Por fim, aponta que ao assumir o mandato, a Gestão também assume o ônus da Gestão anterior e que uma negociação demanda muito tempo, às vezes anos, justamente pela sua complexidade.

Vlamir Marques (AMAASP) pondera a fala de Denis Camargo no que tange o aumento das referências, pois a proposta da entidade é que tal aumento seja condicionada pela integração linear. Questiona a Gestão se o impacto inclui a progressão e promoção, além, quanto é a soma do aumento dos 3% destinados ao IPREM do Nível Básico e Médio. Clarisse de Almeida atesta que o impacto não inclui a evolução funcional dos servidores. Vlamir Marques ratifica, os 63% dos servidores do Nível Médio que receberão subsídio complementar, na verdade ganharão -3%, visto o aumento da alíquota de contribuição para o IPREM. Por fim, reitera que o subsídio complementar na verdade é a própria negação do significado de subsídio, já que este modelo entende-se por ser uma parcela única.

Luis Guerra (FASP) agradece o trabalho desempenhado pela gestão, assim como os outros presentes. Em seguida, questiona se não existe a possibilidade de incorporação do abono no salário após a reestruturação, e se existe alguma rubrica nova que será incorporada ao subsídio. Por fim, pondera porque não aumentar o valor das últimas referências e diminuir das primeiras, já que não haverá mais concurso para o Nível Básico.

Claudia de Crescenzo, Coordenadora da Mesa de Negociação da Saúde, pondera que as entidades sindicais devem ver as conquistas que as reestruturações trarão para os servidores, como a valorização da formação. Quanto ao lapso normativo do SINP, aponta que ao invés de um convênio que tem data de expiração, poderiam fazer como a Mesa da Saúde e vincular o SINP ao Governo Federal. Atesta o fato de que o modelo de subsídio é compatível com prêmios meritocráticos e que ao elaborar as cartilhas explicativas aos servidores públicos que a Gestão faça plantão para esclarecer quaisquer dúvidas acerca das mudanças de Quadros.

Malde Vilas Boas esclarece que a Gestão havia se comprometido a entregar uma proposta final às entidades sindicais, que esta Mesa não é a final, tanto que fora apresentada um calendários de atividades a serem coordenadas pela Secretaria. Pondera que cada secretário possui uma série de demandas para serem apresentadas ao Governo, em que ao mesmo tempo que ela apresenta as reestruturações dos Níveis Básico e Médio, outros secretários apresentam a falta de creches, a recuperação do hospital do servidor, entre outras pautas tão importantes quanto aquelas que ela apresenta ao Prefeito. Reitera que ela faz parte do Governo, entretanto, há uma disputa de agendas e orçamentos, costumeiro em todas as Administrações Públicas. Coloca ainda que as propostas de reestruturações não serão feitas a

revelia, o projeto de lei será aberto às entidades e o impacto orçamentário da proposta já foi encaminhada para a Câmara, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA). Pondera que as entidades avaliem com o tempo devido a proposta feita nesta Mesa e que neste momento, ela não possui mais espaço para negociar com o Governo, porém, levará as demandas feitas pelas entidades. Por fim coloca que a Gestão continuará aberta aos sindicatos e que amanhã receberá a Comissão Paritária de Greve, como fez em todas as paralisações.

Clarisse de Almeida agradece a presença de todos e o espaço das mesas que é muito valioso para a construção de políticas democráticas e transparentes. Em seguida, coloca a questão das ações judiciais, que majoram e complexificam a estruturação de uma proposta. Pondera a existência do princípio constitucional de irredutibilidade salarial. Afirma ser a melhor proposta técnica possível de se construir com o valor disponível de cem milhões. Esclarece que rodada final não é um fechamento e sim uma abertura, a questão foi o comprometimento de apresentar um produto final nessa data. Explicou que se o servidor optar pela reestruturação e haja perda salarial, o subsídio complementar entra para complementar o salário, resguardando o princípio constitucional de não haver perda salarial. Concorda que a questão salarial é central na discussão de uma reestruturação, porém também é preciso falar de condições de trabalho. Afirma que todas as referências incluem o abono na tabela. Por fim, coloca a existência do princípio de paridade, o qual é levado em consideração na modelagem de uma proposta de reestruturação.

- **Encaminhamentos Finais**

Cartilha explicativa para os servidores dos Níveis Básico e Médio sobre as mudanças ocasionadas pelas reestruturações; Detalhamento da bonificação por resultado aos servidores públicos; Gestão encaminhar os pleitos das entidades sindicais ao Governo e Fazenda; Estudo da arrecadação dos 3% do IPREM nos Quadros de Nível Básico e Médio.